

Primeiro projeto para privatizar serviços

por Maria Clara R. M. do Prado
de Nova York

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e também presidente da Comissão de Privatização, Eduardo Modiano, anunciou ontem que o presidente da República deve receber ainda no próximo mês uma primeira minuta do projeto que o Executivo quer baixar, regulamentando a concessão para que a prestação de serviços públicos seja transferida ao setor privado.

A nova lei, segundo colocou Modiano, viria atender a um dispositivo da própria Constituição, que prevê a transferência do poder público à iniciativa privada do gerenciamento de algumas atividades de governo, através do sistema de concessões. Modiano sintetizou para uma plateia que ouvia atenta sua exposição no seminário promovido por este jornal e pelo Council of the Americas, em Nova York, os três objetivos básicos que o governo quer atingir com a nova lei: "Estimular a competição, induzir à redução dos custos e inovar nos serviços prestados".

O diretor financeiro do BNDES, Pedro Bodin, explicou com mais detalhes para este jornal os passos que envolvem a nova regulamentação. Ficariam de fora os tipos de serviços prestados pelo governo que são monopólio do Estado, como a prospecção de petróleo.

Para os demais tipos de serviços, passíveis de serem explorados pela iniciativa privada, o governo pretende passar a concessão do direito para o setor privado como uma espécie de "aluguel", em que o interessado paga para poder administrar e ofertar um tipo de serviço à sociedade, por um determinado prazo. Os estudos encontram-se justamente na fase de definir o critério de remuneração daquela atividade e há, basicamente, três idéias em discussão: uma forma foi muito usada no passado — na época em que os ingleses vieram explorar as ferrovias no Brasil — e envolve a fixação de uma taxa máxima de remuneração sobre o capital investido; uma segunda forma coloca remuneração diretamente vinculada à planilha de custos, no sistema de "mark-up"; e a terceira permitiria que o preço dos serviços variasse em função do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) — sendo corrigido, por exemplo, de ano em ano — e mais um "plus", que pode ser negativo. Neste último sistema, o governo tem condições de determinar a eficiência na implantação de um determinado tipo de serviço, pois, se a taxa adicional for negativa, significa que maior produtividade terá de haver para que a receita obtida com a prestação daquele serviço seja suficiente para cobrir a taxa negativa e ainda dar retorno positivo ao empresário. A dificuldade, nesse caso, é estabelecer o preço de partida com o qual o empresário privado passará a trabalhar.

Modiano informou que o programa de privatização deve gerar um resultado de US\$ 17 bilhões até 1992, sem contar aqui a receita com a venda da infra-estrutura, que elevaria o valor para US\$ 40 bilhões.

"Mudar a face do País"

Esta é a íntegra da palestra da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, feita no seminário "Brazil in the 90's: Business Opportunities with Economic Modernization", realizada ontem em Nova York.

O Brasil dos anos 90 é tema de permanente reflexão para nós. Tudo o que está sendo feito hoje para transformar a realidade brasileira tem como objetivo último a construção do futuro. Queremos mudar e estamos mudando a face do País. Temos trabalhado não só para corrigir desequilíbrios acumulados nos últimos 10 anos, mas também para criar as bases para que o Brasil volte a apresentar níveis de vitalidade e crescimento maiores que os registrados no passado, e integrar-se à economia mundial de uma forma atuante e não de maneira passiva, como foi o caso nos últimos decênios.

O Brasil dos anos 70 foi conhecido como um país em plena transformação. Faltava, no entanto, o amadurecimento democrático, a abertura política vital a toda a sociedade que se pretende justa e participativa. O Brasil dos anos 80 foi visto como um país em crise. Internamente, mostrou-se incapaz de dar um salto no rumo

da modernização e corrigir os seus problemas estruturais mais básicos. No plano externo, viu-se enredado crescentemente com a questão do endividamento, sem ser capaz de resolvê-la.

Hoje somos uma nação democrática, com um governo eleito pelo voto direto e disposto a seguir as práticas do diálogo e do entendimento. A política econômica é clara, definida e previsível. O Executivo cumpre precisamente o que anuncia, sem tergiversações e sem desvios de rota. Queremos e vamos resolver a questão da dívida externa a partir de propostas coerentes com o nosso programa de trabalho. Uma solução que nos imponha alterar as nossas metas e ponha em risco o que estamos podendo realizar não interessa nem ao Brasil nem aos seus parceiros. Está assim, por princípio, descartada.

Não são poucos os sacrifícios que têm sido impostos à sociedade brasileira. Transformar a mentalidade nacional em torno de conceitos básicos como os de produtividade, competitividade, remuneração, entre outros, é tarefa árdua, que demanda tempo de determinação. No entanto, era necessário que a executássemos agora. Os conflitos que se registram hoje entre os segmentos que querem mudar o País e estão dispostos a dar sua quota de contribuição para tanto, e os que resistem às metas ambiciosas propostas pelo governo fazem parte do dia-a-dia de nossa realidade desde 15 de março último. Os brasileiros os vivem com naturalidade porque a maior parte deles está convencida de que algo tinha que ser feito para que saíssemos do estado de estagnação e desesperança que dominava a nossa realidade. Vencemos o espectro da hiperinflação com a contribuição de cada um e por força da determinação do governo federal de recuperar os instrumentos de política econômica e utilizá-los adequadamente. Afastado o risco de maior gravidade, pudemos iniciar um programa de reestruturação do parque industrial, de modernização tecnológica e de revitalização da atividade produtiva.

Investimentos externos no Brasil serão estimulados

Estamos apenas começando e muito já foi feito. Não é por acaso que na esfera internacional se verifica todo um movimento de atenção e curiosidade sobre o novo Brasil e suas perspectivas futuras.

Como ministra da Economia tenho mantido contato com autoridades estrangeiras dos mais diversos níveis. Ainda esta semana realizei inúmeras reuniões de trabalho em Washington, no contexto do encontro anual da Junta de Governadores do FMI. Todos os representantes com quem me encontrei reconheceram o mérito inegável dos esforços que estamos realizando e a todos mencionei que vamos prosseguir nosso trabalho. Mas para que possamos atingir plenamente os resultados esperados precisamos contar com um ambiente internacional favorável e com o mesmo espírito inovador que tivemos a coragem de implantar no País.

Governos passados brasileiros tinham o hábito de atribuir exclusivamente ao quadro externo a responsabilidade pelo mau gerenciamento interno da economia. Não vamos repisar esta tecla, mesmo porque obtivemos nesses últimos seis meses resultados inegavelmente expressivos na condução da política econômica, sem que se ampliasse a cooperação internacional ao Brasil e sem que nos fossem prometidas novas formas de assistência.

Queremos incrementar os investimentos externos no País a partir de uma política adequada para o tratamento do capital estrangeiro, por força de termos uma economia estável e equilibrada, pela existência de regras claras, em função, enfim, da melhoria do ambiente econômico. Estamos eliminando progressivamente os entraves à importação por acreditarmos que a maior exposição da economia à concorrência é requisito essencial para atingirmos níveis mais elevados de produtividade e competitividade e obtermos graus mais sofisticados de integração com a economia mundial. Estamos reduzindo a interferência estatal na economia porque nossa experiência mais recente indica que essa intervenção não redundava em maior grau de eficiência dos agentes produtivos. Ao contrário, incentivava um ambiente generalizado de acomodação.

Em poucas palavras, o Brasil de hoje sabe o que quer e define suas políticas em função de uma avaliação de ganhos e perdas de médio e longo prazos. Sabe, inclusive, que é primordialmente de sua própria determinação e de sua postura que atingirá mais ou menos eficientemente o que deseja.

O governo brasileiro tem sido o primeiro a dar o exemplo no trabalho de transformação. Aumentou receitas e reduziu despesas em cifras amplamente examinadas no decorrer deste seminário e que creio desnecessário mencionar sem ser repetitiva em relação aos colegas que lhe precederam. Procedeu a uma reforma administrativa e de pessoal há muito requerida, mas não implementada no passado em função de injunções políticas. Seria fácil dei-

xejar prevalecer uma vez mais essas injunções e tirar delas benefícios eleitorais imediatos, mas o governo preferiu seguir um curso distinto de ação para ser coerente com os seus próprios propósitos. O Executivo determinou também reduções expressivas no orçamento das empresas estatais, de modo a adaptar essas empresas ao quadro geral das reformas realizadas na Administração Pública. Finalmente, lançou um programa ambicioso de privatizações. O programa foi já iniciado e os primeiros leilões de empresas estão previstos para o início do ano.

Revisão das leis de informática e química fina

Essas medidas governamentais tiveram seus méritos amplamente reconhecidos e conferiram legitimidade ao governo para que ele pudesse pedir aos agentes econômicos que adotassem novas formas de comportamento. Um dos passos mais importantes dados no Brasil recentemente foi eliminarmos a adoção de medidas casuísticas que, no passado, muito contribuíram para criar um clima de incerteza na mente dos investidores. Anunciamos em junho uma nova política industrial com objetivos e estratégias bem definidos. Complementamos as medidas divulgadas neste mês de setembro, nas quais incluímos propostas de revisão de legislação sobre setores de tecnologia avançada, como informática, a química fina e a indústria farmacêutica. O empresário brasileiro e estrangeiro interessado em investir no Brasil dispõe agora de elementos mais claros para orientar seu processo decisório e adaptar-se ao que se espera promover no País. É no contexto desse planejamento que pretendemos gradativamente eliminar os setores oligopolizados e monopolizados e construir uma economia de mercado mais dinâmica. Como em outras áreas, pretendemos agir a partir de diretrizes precisas elaboradas em discussão com a comunidade acadêmica e os distintos grupos empreendedores.

Muito esperamos do empresariado brasileiro. E seu processo de adaptação à nova realidade tem que ser rápido porque o Brasil tem pouco ou nenhum tempo a perder para habilitar-se a acompanhar a vertente dinâmica da economia mundial, que nesta virada de século desenha uma nova divisão internacional do trabalho e define o lugar de cada ator no sistema que se deverá consolidar no futuro. O empresário precisa ser crescentemente valorizado, mas deve igualmente habilitar-se a enfrentar desafios. O governo o está estimulando a investir mais em pesquisa tecnológica, buscar associações produtivas com parceiros estrangeiros, liderar o processo de modernização. Antes de tudo, estamos decididos a fazer com que os meios empresariais possam abandonar a perspectiva de lucros apenas a partir de preços constantemente maiores. Essa prática, que se consolidou no Brasil em pelo menos 8 anos de taxas inflacionárias diariamente crescentes, não faz sentido no País de hoje. Os que persistirem em segui-la serão, como já estão, na realidade, sendo, irremediavelmente marginalizados do processo produtivo.

Estamos, além disso, buscando modernizar as relações capital/trabalho no País, trazendo a debate temas como o da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, que estavam surpreendentemente adormecidos, apesar do imenso conteúdo de justiça social que neles está embutido.

Não poderíamos promover todo um novo cenário na economia sem procurar resolver, com a mesma determinação, os estrangulamentos externos que afetam decididamente o quadro brasileiro. O tema da dívida é, nesse contexto, primordial.

O Brasil, tenho mencionado, quer negociar com seus credores, quer saldar seus compromissos e está agindo coerentemente com esse propósito. Acabamos de acertar, nesse sentido, uma data precisa para as negociações com os bancos privados, 10 de outubro, e iniciamos os contatos com o Clube de Paris. O Brasil quer fazer tudo isso, no entanto, sem riscos para o programa econômico, sem recurso a mecanismos automáticos de geração de divisas que estejam em desacordo com a política fiscal em execução. Vamos pagar a dívida e queremos pagá-la, dentro dos limites de nossas possibilidades, sem reviver os fluxos inflacionários, sem inviabilizar um plano que nos está conduzindo na rota da estabilidade e que, por isso, tem sido unanimemente reconhecido.

Brasil adotou medidas irreversíveis

Nós desejaríamos que o apoio que tem sido reiteradamente expresso ao programa brasileiro se traduzisse na disposição dos governos com

quem temos conversado de olhar o problema do endividamento de um ângulo mais realista, como estamos agora realisticamente executando a política econômica no Brasil, mesmo com custos elevados de curto prazo.

No início desta intervenção afirmei que o Brasil quer voltar a crescer e recuperar o dinamismo de épocas passadas. Pensamos no longo prazo e estamos seguros de que é essa perspectiva a que mais convém a nossos credores.

Lamentavelmente a visão imediatista parece prevalecer na mente de muitos que têm recentemente se manifestado sobre o quadro do endividamento. A pouco mais de dez dias da data em que pretendemos apresentar propostas concretas e consistentes com o quadro econômico brasileiro não cabe repetir posições que se viabilizaram no passado, agir como se o Brasil pudesse conviver a um só tempo com duas realidades: uma nova na área interna e outra, externa, a espelhar um quadro que já não existe mais.

O Brasil se transformou e adotou medidas irreversíveis de mudança. O País optou por uma ruptura com o passado, por rumos novos e, coerente com essa opção, também na esfera internacional procura novas fórmulas para um diálogo mais franco e mais realista.

Teria sido fácil deixar de lado a idéia de buscar a renovação. Mas não estamos à procura de soluções simplificadas nem cremos que elas estejam à altura das aspirações e da potencialidade da nação brasileira.

Sei que podemos contar com o voto de confiança que nos tem sido expresso até o momento. De nossa parte estamos dispostos a conversar, a buscar entendimentos duradouros e definitivos, a partir dos quais todos poderemos olhar com maior segurança a realidade futura.

Quero parabenizar os organizadores deste seminário por iniciativa tão relevante e tão significativa neste momento da vida brasileira. O interesse por ele demonstrado, o número expressivo de pessoas que aqui compareceram, revelam a relevância atribuída ao Brasil nos meios econômicos e financeiros internacionais. Queremos convidá-los, uma vez mais, a participar do nosso projeto e a serem parceiros de nosso desenvolvimento."